

Na Universidade Católica do Porto

## ESTUDANTES DEBATEM REVISÃO CONSTITUCIONAL

As questões «mais quentes» da Revisão Constitucional - desideologização da Constituição, referendo nacional, competências dos órgãos de soberania e leis paraconstitucionais - foram tema de um debate organizado pela Associação de Estudantes de Direito da Universidade Católica do Porto. A iniciativa, que teve lugar ontem, contou com a participação de representantes do CDS e do PS.

O carácter colectivista manifestado na actual Constituição e as suas implicações económicas mereceram especial atenção da parte dos participantes no debate.

O representante do PS, Alberto Martins, defendeu, a esse propósito, a alteração do texto constitucional de modo a salvaguardar a coexistência dos sectores público, privado e social.

«A questão das privatizações não é matéria constitucional. A eficiência económica não se compadece com as fórmulas rígidas dos partidos - afirmou Lopo Xavier, do CDS.

Nesse sentido, o representante do CDS contestou a tendência do PS, acusando-o de pretender uma regulamentação muito precisa das privatizações, o que dificultaria o processo das mesmas. De referir que o PS pretende que todas as privatizações existam uma maioria de dois terços para serem efectuadas.

Relativamente à questão do referendo, outro dos pon-

tos debatidos, ambos os partidos representados defendem a sua institucionalização, embora o CDS considere que ele deve ser meramente consultivo, enquanto o PS propõe o referendo vinculativo, ainda que restrito a determinadas áreas.

Assim, como afirmou Alberto Martins, o referendo não se aplicaria a matérias constitucionais, financeiras ou fiscais, bem como a matérias susceptíveis de dividir os portugueses ou de perturbar o normal funcionamento dos órgãos de soberania.

A repartição de competências entre o Governo e a Assembleia da República, o reforço das competências do Presidente da República e as leis paraconstitucionais foram os últimos temas apresentados.

Segundo o CDS, a actual Constituição não permite a clara distinção entre os poderes da Assembleia da República e os do Governo. Assim, o projecto de revisão, apresentado por este partido, defende a redução do poder da AR, nomeadamente em matéria financeira, e alarga a competência exclusiva do Governo. Os deputados não poderiam propor alterações que envolvessem aumento das despesas ou diminuição das receitas, medida que, segundo Lopo Xavier, possibilitaria a estabilidade de um Governo minoritário.

Quanto ao reforço das competências do Presidente da República, ambos os par-

tidos concordam que a nomeação do presidente do Tribunal de Contas, do governador e do vice-governador do Banco de Portugal deveria ser da sua responsabilidade, assegurando assim a independência desses órgãos.

O PS acrescenta que deveria ser formalmente atribuída ao Presidente da República «a representatividade externa do Estado.

No que respeita à necessidade de leis paraconstitucionais (leis para cuja aprovação se exige uma maioria especial), os representantes do CDS e do PS manifestaram acordo, considerando que o regime político não pode estar ao abrigo de maiorias conjunturais.

No final, Lopo Xavier reafirmou a importância da revisão constitucional, definindo-a como «perigosa e própria de sociedades do Terceiro Mundo», a posição dos que a pretendem desvalorizar, pretendendo que ela não represente, para o desenvolvimento do país, uma questão fundamental.

«Haverá que pedir responsabilidades se ela não se efectuar - concluiu.

Alberto Martins finalizou afirmando que «a revisão constitucional não pode ser entendida como um negócio a dois e não se deve dramatizar excessivamente as suas dificuldades, até porque há todas as condições para que haja acordo entre sensibilidades distintas.

Associação Académica  
Univ. Católica do Porto